



ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO ESTADUAL P2R2



26ª Reunião CEP2R2 – Reunião Ordinária

Data:	15 de agosto de 2017			
Horário	Previsto	09h00min	Início	09h20min
Pauta:	<ul style="list-style-type: none">■ Programação para 2017;■ Resultados da implementação e reuniões dos GTs;■ Revisão do calendário de reuniões;■ Revisão do Regulamento Interno.			
Participantes:	Paulo Brandão, ADAPAR; Thiago Fernando Bonetti, ANTAQ; Patrícia Oliveira Pereira, DER; Narayana Rohn Cardozo, DER; Elisa Beatriz T. Ribas, DER; Ten. Jéssica Jakubiak Bento, EB; Paula Broering Gomes Pinheiro, MPPR; Angela Andreassa, Polícia Científica; Marcos Del Ré Fernandes, Sanepar; Roberto Tamari, IPEM; Major Vandré Rolim Machado, EB; Mário Antonio dos Santos, DNIT/PR; Marcelo Spyro Pereira Cardoso, DNIT/PR; Carlos Alves de Oliveira, CRQ-IX; Hugo Reis Vidal, CREA-PR; Victor Hugo Fucci, SEMA; Lutero Eduardo Lúcio, Sanepar; Alana Flemming, SESA; Cap. André Lopes de Oliveira, Corpo de Bombeiros; Ten. Karolyne Alice de Castro, Corpo de Bombeiros; Ellery Regina Garbelini, MPPR; Rosenildo Ferraz, ANTT; Nilson Jacoboski, PRF; Ten. Marcos Vidal da Silva Jr., CEPDEC.			

ASSUNTOS ABORDADOS

Representante	Assunto
Ten. Vidal	Iniciou a reunião apresentando a pauta, iniciando pela apresentação do resultado dos GTs.
Ten. Vidal	<p>GT Ensino</p> <p>Os trabalhos do GT se concentraram, em um primeiro momento, no treinamento para os motoristas do transporte rodoviário. Foram levantadas hipóteses sobre a necessidade de inserir treinamentos específicos para classes ou riscos específicos. Estas situações estão em análise. Foram trazidos pontos também sobre a questão de treinamento já prevista no SASSMAQ, que preza pelo controle de riscos contínuo. Há a informação de proposta de mudança do MOPP.</p> <p>Outro aspecto que chama atenção é o direcionamento para as empresas, de maneira que deve ser analisada a responsabilidade e o treinamento dos funcionários específicos, envolvidos com esta área, na empresa. Esta questão entra em contato com a análise de corresponsabilidade entre transportador, expedidor e destinatário da carga.</p> <p>É importante conceber um viés prático para quem atua na área, de maneira que sejam evitados acidentes e para que, caso estes aconteçam, a resposta seja adequada, rápida e efetiva.</p>
Brummer	Teve notícia sobre a proposta de mudança do MOPP. Está em consulta pública.

Jacoboski	O curso do MOPP tem carga horária e conhecimentos muito diminutos sobre os riscos e a atuação emergencial.
Cap. André	Verifica-se uma carência de conhecimentos na área de atendimento a emergência com produtos perigosos em técnicos de segurança. É necessário haver um treinamento para capacitá-los. Apresentará a dissertação de mestrado sobre a necessidade de existir uma disciplina de atendimento a emergências com produtos perigosos nos cursos de química.
Rosenildo	Há necessidade de envolver os gestores das transportadoras. Propôs um treinamento juntamente com o Sest Senat para capacitá-los. A proposta foi apresentada para os transportadores e a adesão foi voluntária. Teve boa recepção, de maneira que haverá necessidade de abrir mais uma turma. O primeiro treinamento ficará para o dia 6/9. Comentou também sobre a alteração da tabela de incompatibilidade.
Ten. Vidal	<p>GT Insumos Agrícolas</p> <p>Nas discussões do grupo, o foco foram os agrotóxicos. Verificou-se que o Paraná possui um controle muito eficiente dos agrotóxicos e de seus riscos, principalmente no que se refere ao armazenamento. Foi reformulada a Resolução da SESA para o armazenamento de agrotóxicos, reestruturando a classificação com base nas quantidades existentes. Também se verificou que na aviação agrícola há um bom controle dos riscos.</p> <p>O ponto mais sensível é a aplicação pelos agricultores, pois não há o real controle do risco existente. Há a proposta de que haja aplicadores credenciados, que seriam os únicos a fazerem a aplicação. No entanto, essa alternativa tem que ser bem avaliada para verificar a viabilidade, pois os agricultores levam em conta o custo do serviço, sendo que é possível que os pequenos agricultores não acatem uma determinação deste tipo caso seja inviável o custo.</p> <p>Há também a questão de doenças registradas por intoxicações que deverão ser verificadas, relacionando com as empresas próximas para um trabalho mais pontual de controle.</p>
Ten. Vidal	<p>GT Empresas</p> <p>Verifica-se necessidade de ter responsáveis com conhecimento apropriado nas empresas para garantir que os processos e procedimentos atendam as normativas de segurança.</p> <p>A proposta é criar uma base de dados integrada que possibilite indicar amostralmente possíveis empresas que não estejam atendendo a estas questões. Assim, será feito um piloto com as empresas do município de Araucária. Foram levantadas as empresas que possuem cadastro no Conselho Regional de Química, e destas empresas está se fazendo a relação para levantar os dados referentes ao atendimento das normas como do Corpo de Bombeiros, trabalhistas e assim por diante.</p> <p>Será feita, também, uma visita a empresa que tem bons controles para que se possa também delinear os parâmetros sobre quais os melhores padrões para se chegar.</p> <p>Outra questão preocupante que foi comentada no grupo é o impedimento que empresas colocam aos agentes fiscalizadores por vezes. Alguns dos órgãos possuem instrumentos para que isso não aconteça, porém muitos dependem de ações policiais</p>

	ou judiciais. Não obstante, estes procedimentos não estão regulamentados, e não são análogos no Estado, necessitando ser protocolizado.
Cap. Álvaro	Informou que barrar a fiscalização que tenha envolvimento com a parte ambiental é crime ambiental. Barrar a fiscalização geral é crime também.
Angela	Comentou que possui também problema na parte de fiscalização. E que mesmo com o mandado muitas vezes pedem documento judicial para realizar a perícia.
Tamari	O INMETRO possui previsão de atuação nos casos em que não for possibilitada a fiscalização pela empresa.
Ten. Vidal	Reforçou que é necessário discriminar o protocolo nestes casos para garantir a atuação dos órgãos, pois, apesar de alguns possuírem instrumentos para evitar a dificuldade de fiscalização, outros não a possuem e necessitam de apoio policial.
Cap. André	Perguntou se a fiscalização será amigável ou será para atuação.
Ten. Vidal	Visita à Arauco terá caráter amigável e orientativo, com vistas a testar a diretriz de fiscalização de empresa.
Rosenildo	MTE tem instrumento para barrar trabalho da empresa se não houver atendimento às legislações trabalhistas.
Cap. André	Ressaltou, sobre a fiscalização, que é importante focar nos instrumentos de identificação dos riscos existentes. Há grande quantidade de falhas nesta informação, necessária tanto à empresa quanto às equipes de emergência.
Angela	Sugeriu a confecção de uma indicação do que é feito por cada instituição, voltado para o pós crime.
Maj. Vandré	Ressaltou a importância de se integrar, repassar a informação. Sugeriu fazer um manual explicativo sobre as ações de atendimento e de fiscalização.
Carlos	Fiscalização deve ser padrão com quesitos mínimos que devem ser atendidos.
Ten. Vidal	<p>GT Aquaviário</p> <p>Conversou-se sobre a gestão dos produtos perigosos no porto, e quais as ferramentas de controle e atendimento. Foi trazida a experiência do terminal de contêineres do Porto de Santos, para se saber como está sendo realizado o controle.</p> <p>Foi feita também visita à APPA e TCP para conhecer os procedimentos e gestão para o atendimento a acidentes. Verificou-se que os principais problemas também são relacionados com procedimentos operacionais por parte dos trabalhadores.</p> <p>Há algumas questões das estruturas que necessitam melhorias também.</p> <p>Há, ainda, uma proposta de instalação de um sistema de integração de informações chamado Brasil ID, que conjugaria informações fiscais com informações de transporte, possibilitando maior controle. Porém, esta situação está em aguardo para ser realizada.</p>
Thiago	Informou que fez o contato com o pessoal da ANTAQ responsável pelo Porto de Santos, onde foi instalado o sistema de controle. Principalmente no terminal de contêineres, foi implantando um sistema que identifica a localização exata dos contêineres com produtos perigosos e seu raio de perigo conforme o produto, de maneira a identificar se há outros contêineres com produtos perigosos que podem reagir no caso de vazamento. A proposta é implantar um controle análogo no Porto de Paranaguá.

Ten. Vidal	Comentou sobre a proposta de implantação do Sistema Brasil ID, sendo nesta proposta haveria uma integração de informações de várias fontes, integrando em um sistema único, e cada instituição participante teria acesso apenas às informações relevantes para ela. Isto possibilitaria um controle mais efetivo das cargas. Uma das ferramentas de controle seria a transferência de informação através do TAG, que seria captado por antenas, nos modelos do que preconiza a instalação de antenas pelo Registro Nacional dos Transportadores de Carga. Não obstante há poucas antenas instaladas para esta finalidade no país.
Rosenildo	Ressaltou que as antenas instaladas nesta primeira fase foram para teste, e que esta fase se finalizou, sendo considerada um sucesso. Objetivo inicial da Resolução da ANTT era identificar locais de maior fluxo, porém foi vislumbrada a utilização também para a fiscalização. A previsão é de que nos novos contratos de concessão da ANTT seja incluída a necessidade de instalação das antenas, aumentando a malha de controle. Também há intenção de instalar nos postos de pesagem remotos.
Ten. Vidal	Sugeriu que esta possibilidade de instalação também possa abranger as rodovias estaduais. Pode-se verificar a possibilidade com o DER também inclua esta questão nas novas concessões.
Ten. Vidal	GT Ferroviário Houve a visita à instalação do IPEM em Araucária, onde também fica a base da Rumo. Durante a visita foram verificadas situações de descuido com a responsabilidade ambiental, inclusive com relação à impropriedade das instalações onde são lavados e consertados os vagões, com sistema de drenagem não adaptado para resíduos contaminados. Visitaram também a sala de controle da Rumo, onde foram apresentados os procedimentos de controle da empresa. Há um controle grande das composições e vagões. No entanto, se houver algum problema, algum vazamento reportado, é enviada primeiramente a equipe de segurança patrimonial, para verificar questões de furto, para somente após a verificação ser acionada a equipe de atendimento ao incidente. Fora isso, qualquer local onde haja vazamento apresenta grande risco para o meio ambiente, por não existir contenção ou impermeabilização de solo nas linhas férreas.
Rosenildo	Informou que a fiscalização ferroviária é mais complexa, pois é necessário acompanhar toda a operação para verificar os procedimentos. Ou seja, é necessário sair juntamente com a composição, sendo necessária maior disponibilidade de tempo para a fiscalização.
Ellery	Comentou que houve um acidente com soda cáustica na ferrovia em Telêmaco Borba que acompanhou. Quando perguntou se haviam notificado o órgão ambiental informaram que não sabiam que era necessário informar. Deve haver legislação cobrando o sistema de notificação. Perguntou sobre a legislação que prevê a notificação sobre o acidente ambiental que a concessionária de ferrovia deve fazer ao órgão ambiental.
Ten. Vidal	verificará a legislação que prevê que seja notificado o órgão ambiental.
Ten. Vidal	GT Rodoviário Informou que até o momento foram tratadas as medidas propostas na 21ª reunião da CEP2R2, que tratou sobre alternativas para a mitigação dos acidentes, após o

	<p>acontecido na BR 277 em 3 de julho de 2016. Foram abordadas até o momento as medidas preventivas a curto e médio prazo. Sendo que as medidas a curto prazo já foram trabalhadas e estão sendo dados prosseguimentos, conforme exposto no Comunicado Técnico 01/16.</p> <p>Com relação às medidas a médio prazo, foi trabalhada a proposta de fiscalização por média de velocidade, proposta no Comunicado Técnico 01/17, que será apresentado nesta reunião. A proposta é, em linhas gerais é que seja estabelecido um grupo técnico a nível federal para tratar da questão e, se possível implementar legalmente a possibilidade.</p>
Brummer	Relembrou que existe o programa Vida no Trânsito, que analisa os acidentes acontecidos, identificando suas causas. Sugeriu que seja feito um procedimento análogo a este na Comissão, utilizando, não obstante um espectro de acidentes mais geral, identificando nuances e similaridades entre eles.
Patrícia	Relembrou que na reunião do GT Rodoviário também foram trazidas leis que impedem a fiscalização nas concessões. Foram lidas as leis: Lei nº 14.039, de 25/04/2003 e Lei nº 12.826, de 28/12/1999.
Ten. Vidal	Apresentou o Comunicado Técnico 01/17. Todos os membros presentes aprovaram o Comunicado, sem ressalvas.
Tem. Vidal	Comentou sobre o projeto NAPP, com o Ministério do Meio Ambiente. O prognóstico é favorável, no entanto, a Miriam, representante do Ministério, ainda precisa de algumas informações para o aval e prosseguimento efetivo dos processos de compra.
Ten. Vidal	Encerrou a reunião às 11h40min.

DELIBERAÇÕES

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rosenildo, repassar informações sobre como foi o treinamento realizado juntamente com SEST/SENAT. ▪ Ten. Vidal realizar análise do que deve ser o treinamento para o gestor da transportadora. ▪ Ten. Vidal fazer ofício para a ANTT sobre a necessidade de responsável técnico das transportadoras possuir formação na área de atendimento a produtos perigosos. ▪ Ten. Vidal atualizar a diretriz com procedimento para fiscalização das empresas. ▪ Fazer procedimento para o pós crime, quem aciona, como atua (tipo tarjeta de campo). ▪ Iniciar processo para solicitação da revogação das leis que impedem a fiscalização nas concessões. ▪ Ten. Vidal verificar a legislação que prevê que seja notificado o órgão ambiental.

PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação dos resultados das reuniões dos GTs. ▪ Direcionamentos da CEP2R2.
--

DATA E LOCAL DA PRÓXIMA REUNIÃO

<p>Data: 15 de agosto de 2017.</p> <p>Horário: 09h00min.</p> <p>Local: Local: a definir.</p> <p>Endereço: a definir.</p>
--

Paulo Brandão
ADAPAR

Marcelo Spyro Pereira Cardoso
DNIT/PR

Thiago Fernando Bonetti
ANTAQ

Carlos Alves de Oliveira
CRQ-IX

Patrícia Oliveira Pereira
DER

Hugo Reis Vidal
CREA-PR

Narayana Rohn Cardozo
DER

Victor Hugo Fucci
SEMA

Elisa Beatriz T. Ribas
DER

Lutero Eduardo Lúcio
Sanepar

Ten. Jéssica Jakubiak Bento
EB

Alana Flemming
SESA

Paula Broering Gomes Pinheiro
MPPR

Cap. André Lopes de Oliveira
Corpo de Bombeiros

Angela Andreassa
Polícia Científica

Ten. Karolyne Alice de Castro
Corpo de Bombeiros

Marcos Del Ré Fernandes
Sanepar

Ellery Regina Garbelini
MPPR

Roberto Tamari
IPEM

Rosenildo Ferraz
ANTT

Major Vandré Rolim Machado
EB

Nilson Jacoboski
PRF

Mário Antonio dos Santos
DNIT/PR

Ten. Marcos Vidal da Silva Jr.
CEPDEC